

30 ABR 2001

Senadores

Segue o turbilhão na vida nacional. Entre confissões, depoimentos sinceros e outros nem tanto, há algo de novo.

Discute-se o interesse público pela transparência, sem que sejam invocados temas da vida privada dos protagonistas. Vislumbra-se num fato — a violação do sigilo do voto — a possibilidade de uma discussão mais profunda, além da óbvia necessidade de punição dos responsáveis pelo delito. Propõe-se o tema da votação secreta e as conseqüências para a construção da vida pública, a análise conseqüente do significado da vulnerabilidade do painel eletrônico para a garantia da autoria dos votos, para além da temática do sigilo. Parece surgir esperança.

O que choca, contudo, é a disparidade de atitudes de lealdade. A funcionária — que não poderia alegar em sua defesa ter cumprido ordens, como lembrava nesta página o senador Jarbas Passarinho dias atrás, escusa rejeitada desde Nuhrenberg — confessou, para não deixar seus subordinados assumirem sozinhos. Reconheceu que se deles não tivesse partido a confissão, calaria. O superior hierárquico



POR
ROSELI
FISCHMANN

da funcionária, o (ex)presidente do Senado, rejeita a responsabilidade que tem, a ela imputa o ato objeto da contenda do momento e, vasculhando a memória, de súbito, relembra que ela falhara outras

vezes. Por que não puniu, então? Porque, porque... era competente. Qual a lógica? Na argüição que sofreu, um dos senadores indagou se haveria entre ele e a funcionária o que caracterizasse coação psicológica. Pronto, afirmou que não. A pergunta soou ociosa — como se pode perguntar a quem detém o poder, se o subordinado tem motivos para não o confrontar?

Adorno e Horkheimer, em texto sobre o preconceito nos indivíduos e na sociedade, e sua influência na definição do totalitarismo — portanto o caráter deletério do preconceito para a democracia —, utilizam uma metáfora preciosa que pode ajudar-nos a entender o que se passou. Como resultado de pesquisas, demonstram o que faz com que se implante na sociedade um tipo de atitude que, em cadeia, sustenta o autoritarismo: a “mentalidade de ciclista”. De onde vem a expressão? Relembrem que aquele que vai em sua bicicleta baixa a cabeça ao que está acima, calcando os pés ao que se encontra abaixo. Na lógica, justifica-se todo arbítrio, porque quem tem que se submeter o faz, na certeza de que assim que tiver a ocasião de oprimir o fará.

A funcionária do Senado, ao se colocar solidária aos subordinados, rompe com a lógica “ciclista”. Igualmente, ao reconhecer que a ordem foi mais facilmente cumprida, porque não acredita no voto secreto, rompe com o argumento de que apenas cumpria ordens, temerosa das conseqüências de uma rejeição, assumindo uma escolha volitiva. Reconhecendo que confessou apenas porque o subordinado antes o fizera, rejeita o papel de heroína, que não lhe caberia bem de qualquer forma. Ao contrário, o senador, culpabilizando-a por dar uma resposta tecnicamente correta — “sim, o painel pode ser violado” —, argumenta que deveria ter mentido — “não, tecnicamente não pode” — e deveria ainda ter dado lição — “moralmente não pode”. Completava a imagem inocente de si mesmo, afirmando que não lhe cabe responsabilidade pelo ocorrido, bem como de complacência, tendo supostamente deixado passar faltas anteriores. Em outras palavras, pedala livre e solto, sequer havendo quem o faça baixar a cabeça.

Regina Borges, portanto, provoca uma ruptura em relação à lógica autoritária, freqüente neste país, mais significativa porque vem da parte mais fraca, que agiu de forma mais conseqüente, pós delito consumado. Anuncia o que pode ser decisivo neste momento histórico: a possibilidade de romper com antigos padrões, e assumirmos a tarefa de efetivamente levar a sério a cidadania. Ambigüidades características de seres humanos coexistem, como se observou no ar dos senadores durante o depoimento do ex-presidente na Comissão de Éti-

ca, de uma indignação constrangida e cautelosa, como a tentar poupar a humilhação maior do político que se identifica com parte substancial da história recente do Brasil.

Contudo, se encontramos em filósofos, como Hannah Arendt, a afirmação de que a preocupação de salvar a humanidade deve andar junto com a preocupação de salvar o humano nas pessoas, vale refletir como compatibilizar a preocupação de salvar o Estado com a de salvar o cidadão, em cada um. Ao encherem-se de compaixão pelo personagem histórico, correm o risco de obliterarem a razão, perdendo o cidadão, o seu e o do outro. Como supor, por exemplo, que a funcionária poderia não temer? Afinal, este é um Estado onde, a menos de um mês, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães foi demitido por não cumprir ordens, mesmo tendo a seu cargo um órgão de pesquisa, portanto afeito mais à liberdade de pensamento do que aos ditames burocráticos — que são, com muita freqüência, em sua suposta neutralidade, banalizadores

do mal (é também de Arendt a lição). O que é humano, o que é cidadão?

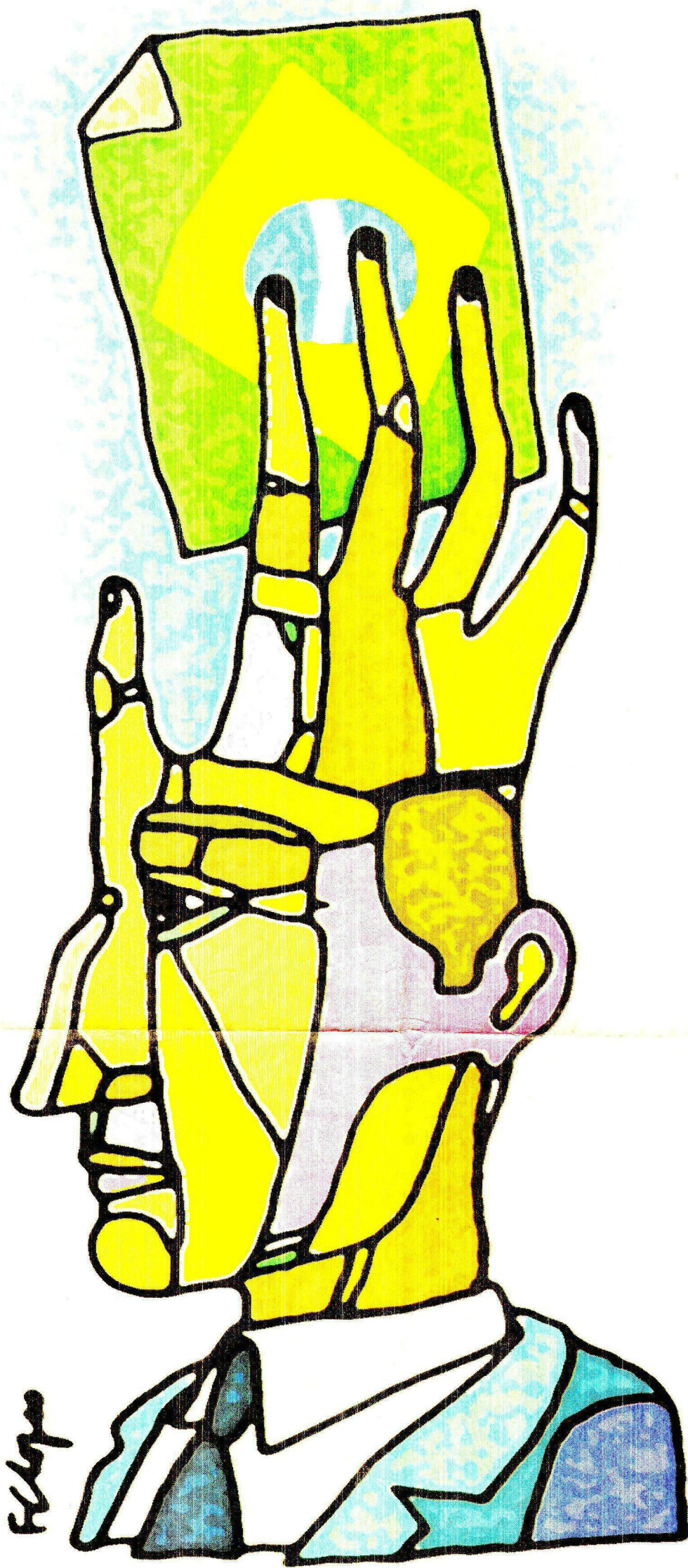
Como estando ali, simbolizando a cidadania ferida, refém da memória arbitrária, a senadora Heloisa Helena, que, pela ordem, se pronunciou logo após o depoimento do senador, com sua fala densa e dignamente indignada, voz embargada no confronto entre uma história de dignidade e a acusação irresponsável. Fez-me lembrar uma historinha que se ensinava a crianças, comparando calúnias a travesseiros de penas abertos ao vento — pode-se tentar encontrar o que se perdeu, mas nunca se terá certeza de haver recolhido tudo.

Professora, cumpria seu papel ao fortalecer a capacidade de se indignar, provocando lágrimas de tantos de nós. Aqui escrevendo, posto-me ao lado dela, e assim todas as colegas educadoras e educadores deste país, com as crianças, adolescentes e jovens (na idade ou na experiência acadêmica) com quem trabalhamos. Ela pedia a suspensão da sessão até que aparecesse a lista, que até a Internet já viu (será a verda-

deira?). O pedido ficou sem resposta. Que o nosso não fique. Senadores, lembrem-se que, sendo legisladores, são educadores da sociedade. Que humanidade pretendem salvar nos brasileiros? Que cidadão farão sobreviver?

Não citei o nome do depoente, porque há outros casos, infelizmente, de imediato — assemelham-se, os nomes todos sabem, bem como as providências necessárias. Algo o torna único? Talvez. Tentando resumir em versos de Fernando Pessoa/Álvaro de Campos: “Eu sinto que ficou fora do que imaginei tudo o que quis, / Que embora eu quisesse tudo, tudo me faltou” (*Passagem das horas*). É um bom momento para que a história de cada um de Vossas Excelências encontre melhor destino, caminhando nos melhores rumos exigidos pela história.

ROSELI FISCHMANN É PROFESSORA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA USP E NA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, COORDENADORA DO INSTITUTO PLURAL E MEMBRO DO JÚRI INTERNACIONAL DO PRÊMIO UNESCO DE EDUCAÇÃO PARA A PAZ



VISLUMBRA-SE NUM FATO — A VIOLAÇÃO DO SIGILO DO VOTO — A POSSIBILIDADE DE UMA DISCUSSÃO MAIS PROFUNDA, ALÉM DA ÓBVIA NECESSIDADE DE PUNIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO DELITO